



# AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Ofício 436/2025**

Apucarana, 25 de março de 2025.

**Ao Vereador Danylo Acioli**  
**Presidente da Câmara de Vereadores**  
**Câmara Municipal de Apucarana**

**Assunto:** Resposta ao Ofício nº 41/2025 - Pedido de informações sobre a implementação integral da Lei Berenice Piana e da Lei Romeo Mion na rede municipal de ensino e outros questionamentos.

Prezado Vereador,

Tendo em vista o presente requerimento, a Autarquia de Educação Municipal de Apucarana, através de sua Diretora Presidente, informar e responder os itens abaixo, nos termos a seguir:

**a)** Com relação a este item, informa-se que as medidas planejadas para 2025 em relação às crianças atípicas em Apucarana dependerão das Políticas Públicas estabelecidas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. No entanto, algumas ações já estão em andamento e continuarão sendo aplicadas em nossa rede de ensino, por meio do assessoramento da equipe do GAP (Gerência de Apoio Psicopedagógico), quais sejam:

- Acolhimento e capacitação no Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo suporte adequado a crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista), TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), dislexia, TOD (Transtorno Opositivo Desafiador), Síndrome de Down, Síndrome de Tourette, asfixia neonatal, epilepsia, tetralogia de Fallot, mielomeningocele, transtorno





## AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- hipercinético de conduta, paralisia cerebral, surdez, leucomalacia periventricular, Síndrome de Klinefelter, entre outros casos;
- Elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) para todos os estudantes com deficiência, cuja própria legislação prevê esse documento;
- Formação continuada de professores para lidar com as adversidades nas salas de aula;
- Adaptação de materiais didáticos com uso de tecnologia assistida;
- Apoio às famílias, com atendimentos individualizados pela equipe do GAP e intercomunicação com os setores da Saúde, Assistência Social e Secretaria da Mulher, promovendo ações de acolhimento às mães atípicas;
- Implementação da Ficha Individual TEA, um instrumento que melhora a comunicação entre escola e família, favorecendo a inclusão dos estudantes e respeitando suas individualidades e potencialidades.
- Implementação da Ficha de Atendimento Psicopedagógico (FAPS) no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Essa ficha possibilita o registro de informações essenciais sobre estudantes com atraso na aprendizagem e/ou desenvolvimento, permitindo intervenções adequadas. Além disso, a FAPS serve como uma triagem inicial feita pelos professores, funcionando como porta de entrada para solicitações de avaliações psicológicas e psicopedagógicas junto ao GAP.

**b)** Com relação ao segundo item, a **Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012)** assegura direitos às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nesses termos adotamos atualmente as seguintes medidas:

- Acesso ao diagnóstico precoce:** A Autarquia Municipal de Educação, por meio do GAP, capacita profissionais dos CMEIs e realiza observações in loco. Em 2025, a implementação da Ficha de Atendimento Psicopedagógico (FAPS) ajudará na identificação precoce e encaminhamento para diagnóstico.
- Atendimento multiprofissional:** O GAP conta com profissionais especializados em ABA (Análise do Comportamento Aplicada), Educação Especial com ênfase em Autismo, Psicopedagogia, Neuroaprendizagem, Neurociência, Psicologia e Mestre em educação.
- Inclusão educacional:** A equipe do GAP atua no acolhimento das famílias e na orientação dos profissionais escolares, garantindo uma inclusão efetiva e acolhedora.
- Proteção contra discriminação:** Durante visitas às escolas, a equipe do GAP interage com profissionais e estudantes, promovendo conscientização sobre discriminação.
- Reconhecimento como Pessoa com Deficiência (PcD):** Todas as crianças com TEA têm seus laudos aceitos e reconhecidos na rede municipal, conforme a legislação vigente.





## AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Já com relação à **Lei Romeo Mion (Lei nº 13.977/2020)**, esta assegura a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (CipTEA). Em Apucarana, essa demanda já é atendida por meio do CRAS e, desde 2024, pela AMAA, garantindo o cumprimento da lei.

**c)** Com relação a este item, esclarece que não há nenhuma mudança nesse sentido, uma vez que as crianças que necessitam de maior suporte terão prioridade.

**d)** Com relação a esta questão, reitera-se que não há nenhuma mudança nesse sentido. No entanto, a demanda escolar pelo suprimento desse suporte segue um processo de estratificação de riscos. Crianças com deficiência e com quadros de saúde graves necessitam de apoio prioritário e urgente, pois, sem essa assistência, não há condições para que frequentem o ambiente escolar em igualdade de oportunidades.

Essa estratificação ocorre por meio do contato direto com a criança e sua família, envolvendo ações de acolhimento, além da análise de laudos e orientações médicas. Esse processo está alinhado com as diretrizes estabelecidas pelo Parecer CNE/CP nº 50/2023, que reforça a necessidade de garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento educacional dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme preconizado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o qual atende todo o território nacional atualmente.

Dessa forma, a oferta de suporte adequado é essencial para assegurar o direito à educação inclusiva, conforme previsto na Constituição Federal (art. 205 e 208), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

**e)** Com relação à quantidade de crianças com laudo atualmente, até a data do levantamento, 20 de março de 2025, a rede municipal de educação de Apucarana conta com 762 crianças com laudos, abrangendo diagnósticos diversos.





## AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**f)** Com relação à quantidade de crianças em fila para realização de laudo, atualmente, há aproximadamente 86 casos em investigação clínica na área da saúde. Cumpre esclarecer que referido número é variável e crescente, pois novas suspeitas surgem diariamente.

**g)** Com relação à previsibilidade para zerar a análise de eventuais laudos, informa-se que não é possível estabelecer um prazo para zerar essa fila, pois a demanda é contínua e cada vez mais crescente.

**h)** Com relação ao último item, considerando que temos investigação clínica em andamento e que a demanda é contínua, não há como precisar esse número. O levantamento dos dados está sendo feito e deve ser concluído nos próximos meses à medida que novos professores e estagiários estão sendo contratados, contudo, esclarecemos que foram supridas as demandas mais prioritárias até o momento, em razão da necessidade e nível de suporte do aluno.

Atenciosamente,

**Ana Paula do Carmo Donato**

Diretora-Presidente da Autarquia Municipal de Educação

